



Relatório de Dados da Disciplina

Sigla: PRI5008 - 4 Tipo: POS
Nome: Elementos da Formação da Ordem Jurídica Global
Área: Relações Internacionais (101131)

Datas de aprovação:

CCP: CPG: 04/02/2022 CoPGr:

Data de ativação: 04/02/2022 Data de desativação:

Carga horária:

Total: 120 h Teórica: 4 h Prática: 4 h Estudo: 2 h

Créditos: 8 Duração: 12 Semanas

Responsáveis: 1518253 - Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari - 04/02/2022 até data atual

Objetivos:

- a) Propiciar aos alunos a aquisição de conhecimento acerca da metodologia da pesquisa jurídica e dos elementos básicos conformadores da ordem jurídica global, oferecendo aos que não têm formação jurídica o instrumental necessário à compreensão do componente jurídico das relações internacionais e, aos egressos dos cursos de graduação em Direito, a atualização e o aprofundamento da reflexão sobre a matéria.
- b) Suscitar e debater as grandes questões jurídicas das relações internacionais contemporâneas.

Justificativa:

Com respaldo em procedimentos próprios da metodologia da pesquisa em direito, a consideração da dimensão jurídica é essencial à compreensão da teoria e da prática das relações internacionais, envolvendo a identificação dos aspectos formais e materiais que configuram a ordem jurídica global.

Sob uma perspectiva estrutural e formal, o impacto do Direito para a formação de uma ordem jurídica global se manifesta não apenas por força da presença dos institutos do Direito Internacional Público, em seus planos global e regionais, mas, também, pela ação uniformizadora do direito interno dos Estados na regência da vida das respectivas sociedades. Impõe-se, assim, para o entendimento da ordem jurídica global, o exame das características essenciais a essas distintas ordens normativas e, também, a verificação das formas de relacionamento que se manifestam nesse quadro de pluralidade institucional.

A identificação dos elementos estruturantes da ordem jurídica global possibilita que se proceda, de forma mais consistente, ao exame das regras substantivas que dela emanam para a disciplina de temas abrangentes no contexto das relações internacionais contemporâneas – a segurança internacional, a economia internacional, os direitos humanos e o meio ambiente –, de modo a se possibilitar inclusive a reflexão em torno de suas tendências evolutivas.

Conteúdo:

- I. Metodologia da pesquisa jurídica: a) técnicas e procedimentos para a investigação em Direito; b) utilização de documentos jurídicos em estudos de relações internacionais.
- II. A formação da ordem jurídica global: a) internacionalização do direito; b) justaposição de ordens jurídicas e jurisdições locais, nacionais, regionais e globais; c) a permeabilidade entre dinâmicas regulatórias internacionais e internas; d) cosmopolitismo jurídico e multiculturalismo; e) governança global e sua dimensão jurídica.
- III. Disciplina jurídica dos principais temas das relações internacionais contemporâneas: a) segurança internacional: desarmamento, uso da força; b) economia internacional: crise da regulação internacional, atualização do sistema econômico internacional; c) direitos humanos: universalização e relativismo cultural, jurisdicionalização; d) meio ambiente: mudanças climáticas e energia.

Bibliografia:

ALVAREZ, José E. International Organizations as Law-makers. New York (E.U.A.): Oxford University Press, 2006.



Relatório de Dados da Disciplina

CASELLA, Paulo Borba. Manual de direito internacional público, 16ª edição, revista, atualizada e ampliada (em co-autoria com Hildebrando ACCIOLY e G. E. do Nascimento e SILVA). São Paulo: Saraiva, 2008.

____. Fundamentos do direito internacional pós-moderno. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

DELMAS-MARTY, Mireille. Libertés et sécurité dans un monde dangereux. Paris. Seuil, 2010.

____. Global law: a triple challenge. New York: Transnational Publishers, 2003.

____. Les forces imaginantes du droit - Le relatif et l'universel. Paris. Seuil, 2004.

____. Les forces imaginantes du droit (II) - Le Pluralisme ordonné. Paris. Seuil, 2006.

____. Les forces imaginantes du droit (III) - La refondation des pouvoirs. Paris. Seuil, 2007.

DUPAS, Gilberto (org.). Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais. São Paulo: editora UNESP, 2008.

KOSKENNIEMI, Martti. "International law and hegemony: a reconfiguration". Cambridge Review of International Affairs, 2004. <http://www.helsinki.fi/eci/Publications/MHegemony.pdf>

MACDONALD, Ronald St. John e JOHNSTON, Douglas M. (orgs.) Towards world constitutionalism: issues in the legal ordering of the world community. Leiden (Holanda): Martinus Nijhoff Publishers, 2005.

NEVES, Marcelo da Costa Pinto. Transconstitucionalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PIOVESAN, Flavia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Saraiva, 2010.

REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar, 12ª edição, revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANDOZ, Yves (ed.). Quel droit international pour le 21e siècle ? Bruxelles : Bruylant, 2007.

SLAUGHTER, Anne-Marie; BURKE-WHITE, William. "The Future of International Law is Domestic". New Perspectives on the Divide between International and National Law, edited by Andre Nolkaemper and Janne Nijman, 2007.

<http://www.princeton.edu/~slaughtr/Articles/NewPerspectives.pdf>

____. "Notes and Comments: Security, Solidarity, and Sovereignty: The Grand Themes of UN Reform". American Journal of International Law 619 (2005).

____. "The Impact of International Law on International Cooperation: Theoretical Perspectives". Edited by Eyal Benvenisti and Moshe Hirsch. New York: Cambridge University Press, 2004.

SOARES, Guido Fernando Silva. Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades. São Paulo: Atlas, 2001.

TEÜBNER, Gunther, Networks as Connected Contracts (August 18, 2008). <http://ssrn.com/abstract=1233545>

____. "Societal Constitutionalism: Alternatives to State-centred Constitutional theory?" ("Storrs Lectures 2003/04", Yale Law School) In: Christian Joerges, Inger-Johanne Sand and Gunther Teubner (eds.), Transnational Governance and Constitutionalism, Hart, Oxford 2004, 3-28.

____. "The Corporate Codes of Multinationals: Company Constitutions Beyond Corporate Governance and Co-Determination". In: Rainer Nickel (ed.), Conflict of Laws and Laws of Conflict in Europe and Beyond: Patterns of Supranational and Transnational Juridification. Hart, Oxford 2009.

Forma de avaliação:

Provas, trabalhos e participação em seminários.

Observação:

A disciplina será oferecida de forma não-presencial.

Tipo de oferecimento da disciplina: Não-Presencial